

## CONVERGINDO NARRATIVAS SOBRE O NEIM – UM CONHECIMENTO LOCALIZADO ENTRE MEMÓRIAS SIGNIFICADAS E RESSIGNIFICADAS

Helena Santana Cruz<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo constitui uma narrativa ou testemunho da memória para desvelar relações sociais construídas, integrando um pouco de minha biografia, visão de mundo, experiência efetiva individual de narradora, ações de aproximação com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), criado em 1984, e suas pesquisadoras, por ocasião das comemorações do aniversário de seus 40 anos, visibilizando a contribuição desse Núcleo à estruturação do campo de formação de estudos sobre as mulheres na academia, por meio de narrativas/relatos, mediante abordagens teórico metodológica e conceitual, fundamentais para a consolidação da epistemologia feminista, forjada na necessidade de elaboração de uma nova maneira de problematizar a história, possibilitando produzir estudos sobre as ‘mulheres’, de forma atenta às armadilhas da compreensão das mulheres enquanto sujeito universal.

**Palavras-chave:** Feminismo. Gênero. NEIM. Núcleos e Grupos de Estudos de Gênero. Pesquisa acadêmica.

### ABSTRACT

The article constitutes a narrative or testimony of memory to unveil social relationships built, integrating a little of my biography, worldview, effective individual experience as a narrator, actions to approach the Nucleus of Interdisciplinary Studies on Women (NEIM/UFBA) created in 1984, and its researchers on the occasion of the celebrations of its 40th anniversary, making visible the contribution of this nucleus to the structuring of the training field of studies on women in academia, through narratives/reports, through theoretical-methodological approaches and conceptual, fundamental for the consolidation of feminist epistemology, forged in the need to elaborate a new way of problematizing history, making it possible to produce studies on 'women' in a way that is attentive to the pitfalls of understanding women as a universal subject.

**Keywords:** Feminism. Gender. NEIM. Nucleus and Gender Study Groups. Academic research.

---

<sup>1</sup> Professora Emérita dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe; Pós-Doutora em Sociologia da Educação, Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero”; coordenadora do – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. NEPIMGUFS

## Introdução

A abordagem em torno das comemorações do aniversário de 40 anos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, narrada e escrita por pessoas de diferentes lugares, certamente tende a apresentar alguns elementos comuns e divergentes. Considerando a minha identidade e opção profissional pela universidade pública, a abordagem do tema ressalta minha aproximação com o referido Núcleo, as possibilidades formativas promovidas a partir da constituição de um trabalho de parceria, visibilizando, ainda que em breves considerações, a contribuição à estruturação do campo de estudos sobre as mulheres na academia, por meio de abordagens teóricas, metodológicas e conceituais fundamentais para a consolidação da epistemologia feminista.

Nesse percurso, destaco o que há de mais importante: as particularidades, as singularidades, a imprevisibilidade, a aproximação e o reconhecimento entre sujeito pesquisador/a e objeto (sujeito) pesquisado. Entendo a narrativa como prática social, fonte produtora de memórias e de tradições, ditando o que do passado deve ser presentificado e reconstruído, esquecido, olvidado e ressaltado. As narrativas e relatos<sup>2</sup>, hoje largamente utilizados como alternativa metodológica em estudos qualitativos, partem da minha experiência para desvelar as relações sociais, identidade e biografia construídas, conhecimentos localizados, refletindo sobre o ponto em que convergem experiências, problemas experienciados e soluções encontradas coletivamente (YOUNG, 2002). A combinação de muitas narrativas comemorativas dos 40 anos do NEIM pode produzir um conhecimento alargado sobre o Núcleo, enfatizando particularidades de trajetórias de pessoas que estabeleceram interlocução com o seu contexto. Desse modo, traz histórias dentro de histórias experiências vividas em sua complexidade, o que demanda reflexões e interconexões sobre os vários sentidos de sua contribuição em diversos âmbitos. Contemporaneamente, novas epistemologias apresentam tendências de escritas insurgentes ou desprovidas de academicismo, com uma linguagem clara, direta e, às vezes, até coloquial, um estilo, característico com de

---

<sup>2</sup> "O relato oral está na base da obtenção de toda sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam." (QUEIROZ, 1988, p. 16).

autoras decoloniais, pós-estruturalistas, *queer*, entre outras.

## O Feminismo e a Crítica à Ciência

O movimento feminista contemporâneo, reflexo das transformações do feminismo original – predominantemente intelectual, branco e de classe média –, configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. Pode-se afirmar que, atualmente, o feminismo constitui-se em um modo particular, ao mesmo tempo diverso e plural de olhar e de questionar a realidade social, a ordem estabelecida ou o *status quo*, e que trouxe novas questões aos campos disciplinares, à produção do conhecimento e à ciência, bem como desencadeou mudanças na ordem social e política, na medida em que demandou uma nova postura sobre as experiências e práticas concretas da vida. (BANDEIRA; SIQUEIRA, 2022).

As feministas destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Essa forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários (PRÁ, 1997). Posso dizer que, de um modo geral, a crítica feminista historiciza a ciência, voltando-se para a análise de como as categorias de gênero têm historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas e práticas de investigação ditas científicas. (SARDENBERG, 2002).

A emergência do movimento feminista, a partir da metade do século XX, produziu efeitos políticos e sociais importantes, além de uma contribuição significativa e paradigmática à reestruturação do pensamento ocidental. A história da cientificidade nos estudos feministas é recente, datada dos anos 1960 (LOURO, 2003), forjada na necessidade de elaboração de uma nova maneira de problematizar a história, na qual fosse possível produzir estudos sobre as ‘mulheres’, de forma atenta às armadilhas da compreensão das mulheres, enquanto sujeito universal. Cabe lembrar que não há uma ‘teoria crítica geral’ – única – do pensamento feminista. O feminismo preconiza um modelo alternativo de produção do conhecimento, reconhecendo que as mulheres possuem uma experiência histórica diferente das experiências masculinas. A pesquisa feminista recente, por vezes, contribuiu para a reavaliação do poder das mulheres em

sua vontade de superar o discurso da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a sua ação, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua cultura e a existência de seus poderes. A respeito da construção de uma ciência voltada para estudar as mulheres, independente da ciência misógina, Margareth Rago (2013) entende que o feminismo criou um modo específico de existência muito mais integrado e humanizado, já que desfez oposições binárias como a que hierarquiza razão e emoção, inventou eticamente, e tem operado no sentido de renovar e reatualizar o imaginário político e cultural desta época.

Nessa linha de reflexão, para Bila Sorj (1997), a produção intelectual feminista é um fenômeno cultural e, como tal, não foge do complexo contexto social que a constitui, bem como da capacidade explicativa e do potencial crítico-reflexivo da teoria social. Seja como movimento social, seja como teoria, o feminismo teve – e ainda tem – diferentes formas de identificar o seu ‘sujeito’ ou de definir os termos segundo os quais organiza sua luta ou teoria: do feminismo que dependeu da essência de uma “identidade feminina” e/ou de uma “mulher”, que identifica o sujeito em nome de quem se fala, ao feminismo que, diante da crítica de feministas negras e/ou da crítica do transfeminismo e da teoria *queer*, fala de “mulheres”, suavizando o discurso universalizante; do feminismo que, de um lado, tem por foco o patriarcado, ao feminismo que tem o gênero como categoria.

Essa concepção do movimento/teoria feminista que depende de um ‘sujeito’ tem sido discutida não apenas no sentido de que as universalizações em torno dos termos mulher ou mulheres amalgamam realidades heterogêneas ou mesmo excluem determinados grupos de mulheres e suas realidades, demandas e formas de produzir conhecimento, mas também porque “[...] o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis e permanentes.” (BUTLER, 2003, p. 18). Quando se trata de gênero, Judith Butler reconhece que ele não é fixo, mas sim uma construção social e cultural. O poder desempenha um papel fundamental na imposição de normas e expectativas de gênero, restringindo a diversidade de expressões e identidades. O debate epistemológico levantado por Butler destina-se a superar os problemas teóricos dentro dos estudos de gênero, engendrando uma teoria feminista que pretende romper com a existência de um sujeito prévio a toda escolha possível. Isso acarreta uma ruptura com o binarismo homem/mulher, e tem como premissa não compreender o gênero como algo

fixado e sustentado num discurso universal, transcende a questão homem-mulher; para ela, torna-se necessário um rompimento com o sistema da heterossexualidade compulsória.

O aparecimento da categoria gênero no campo de pesquisa das Ciências Humanas emerge pela necessidade de negar o caráter biológico como único fator para definir “o que é ‘homem’” e “o que é ‘mulher’”. A leitura de Joan Scott (1991) converteu-se em obrigatória para a nova concepção de história que agrega tanto construção de saber quanto relação de poder em sua definição e instrumentalização de gênero. A ideia de gênero como baseada na “diferença percebida entre os sexos”, que se constitui no interior de relações de poder, na oposição natureza/cultura, rendeu uma longa e vasta herança ao campo, muitas vezes não se atentando para os riscos e críticas expostos. Mesmo assim, a categoria gênero trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava, estávamos acostumadas a lidar com conceitos acabados, como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas. O gênero passou a ser uma categoria relacional e política, não mais baseado nas diferenças biológicas ou “naturais”, se diz que o gênero foi (des)naturalizado. revisada a ideia binária de dois sexos e dois gêneros, o gênero passou a ser entendido como relação, primordialmente política, que ocorre num campo discursivo e histórico de relações de poder (SCOTT, 1991).

Para Joana Meyerowitz (2008), ao oferecer uma abordagem diferente para repensar a escrita da história, Joan Scott (1991) produz uma operação historiográfica nos termos de Michel Certeau (2011), ao dar a capacidade para que sejam analisadas e percebidas as diferenças sexuais como construções discursivas e não historicamente naturais. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço e possibilita pensar as ligações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens).

Conforme Cecília Sardenberg (1998), o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas/reflexões sobre mulheres, na condição de um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica, e como é legitimada a



situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Incorporando as tendências pós-estruturalistas e desconstrucionistas, Judith Butler (2003) conceitua gênero como um “ato performático”, como um efeito, produzido ou gerado. Essa definição resgata a noção de processo e de construção singular de cada sujeito, dentro de um campo situado de possibilidades que é reafirmado ou renegociado através de sucessivas “performances”, ou seja, atos, práticas concretas (e não essências naturalizadas) através dos quais os sujeitos se constituem. Gênero é, portanto, uma construção social, uma invenção. Butler (2003) ressalta o aprisionamento coercitivo que se constitui nos conceitos “homem” e “mulher”, engessando os estudos sobre sexualidade. Para ela, tais abrangências conceituais excluem outros tipos de manifestações sexuais, como o caso dos *gays* e das lésbicas, travestis, etc. Distinguir sexo/gênero sugere uma descontinuidade, trazendo a vertente das pesquisas que envolvem sexo/corpo/identidade, com vistas a liberar a sexualidade - inclusive a dos saberes produzidos -, além de estudar as mulheres, com base na desnaturalização do sexo biológico, rompendo com pilares da divisão binária da sociedade tão enraizados na sociedade global.

A crítica feminista permite perceber o gênero como uma categoria de análise transversal nas pesquisas em vários campos disciplinares e para os estudos culturais, visto que os fenômenos sociais ancorados na mediação perpassam as relações sociais, que, por sua vez, são marcadas pelo patriarcado e pela divisão sexual, de raça ou etnia e de classe. Conforme Helena Hirata (2009), o feminismo como coletivo de luta de mulheres requer o reconhecimento da situação de dominação sexual historicamente desenvolvida. Exige também a agência (atuação) dos envolvidos para mudar uma realidade social, pois a mulher precisa construir sua cidadania para tornar suas reivindicações legítimas. Talvez, por isso, seja insistente a incompreensão da materialidade da divisão sexual nos produtos culturais que, em muitos casos, é abstraída. Esse fator é intensificado pela dificuldade em compreender o desequilíbrio existente nas sociedades patriarcais ou sexualmente divididas (Hirata, 2009) e ele foi determinante para a divisão sexual da sociedade. Enfim, historicamente, coube à mulher o ambiente da intimidade, enquanto ao homem era reservada a vida política. Essa divisão secular, marca ainda o posicionamento sexual da mulher.

## **Primeiras Aproximações com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher (NEIM)**

Até os anos 1990, a produção do conhecimento sobre a questão da mulher em Sergipe centra argumentações em aspectos geralmente pragmáticos, sem o necessário aprofundamento no que se refere às especificidades “teórico-metodológicas” da teoria feminista. Em geral, os temas são abordados com base em uma perspectiva histórica, descritiva e laudatória, destacando a trajetória de mulheres sergipanas nos vários campos do saber, especialmente focalizando a contribuição de cada uma com sua atuação profissional em vários campos disciplinares (Educação, Medicina, Política, Enfermagem, entre outros).

Em outubro de 1988, ao completar cinco anos de atividades, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) realizou um seminário nacional reunindo mais de 40 militantes e estudiosas do feminismo no país, para ‘avaliar e discutir, mais a fundo, os avanços, os impasses e as novas metas’ dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil.

Em setembro de 1992, pesquisadores/as de várias universidades e sergipanos/as (sobretudo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que desenvolviam estudos e trabalhos na temática e linha de pesquisa da condição feminina em Sergipe - não raro de forma isolada -, rompendo com qualquer prescrição de alguns códigos acadêmicos, foram convidados/as pelas professoras Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg, integrantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), para uma permuta de informações com apresentação de suas pesquisas em desenvolvimento e para discutir a proposta articulada de criação de uma rede, congregando os diferentes núcleos acadêmicos e pesquisadores do Norte e Nordeste, visando a desenvolver intercâmbios, avanços teórico-metodológicos, produção do conhecimento em estudos dessa natureza.

As redes de estudos e pesquisas resultam da articulação de diversos núcleos e grupos de estudos sobre a temática das mulheres e relações de gênero, criados nas instituições de estudos superiores (IESs). É importante destacar que a década de 1975 a 1985 foi declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ‘Década da Mulher’, e isso teve repercussão nos movimentos feministas e nas universidades brasileiras. No início da década de 1990, surgiram duas redes articuladas em universidades: a Rede



Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (RedeFem) e a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Nessa direção, como resultado do primeiro encontro de pesquisadoras promovido pelo NEIM, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, nasceu a REDOR – Rede Feminista Norte Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero, uma Organização não Governamental (ONG) feminista, sem fins lucrativos, sob a coordenação do NEIM em Salvador, visando a obter maior autonomia, visibilidade e intercâmbio entre os/as diversos/as pesquisadores/as dos demais núcleos filiados à REDOR, nas regiões isoladas e excluídas das esferas culturais hegemônicas concentradas no Centro-Sul do país, constituindo-se, desde seu primeiro momento, em um espaço de produção, troca de conhecimento, estímulos e afetividade. Em formas e em níveis diversificados, as universidades constituíram a estrutura de apoio para a realização dos eventos.

Nesse processo, menção especial deve ser feita, particularmente, às professoras Alice Alcântara Costa e Cecília Sardenberg, fundadoras e primeiras coordenadoras da REDOR que, com seus debates, relatos e sugestões sobre os temas privilegiados, fecundaram o terreno da reflexão, aos/às participantes que, com suas presenças e questionamentos, deram vida aos encontros científicos, motivando o fortalecimento da formação continuada, a construção de identidades profissionais e de saberes docentes. Registro que tais debates fortaleceram o meu interesse em ampliar a minha capacitação nos estudos feministas na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo a tese “Modernização do Trabalho e Tradição: estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais de Sergipe”, em 1999, quando, na defesa da tese, obtive importantes subsídios teóricos de Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa para a pesquisa. Nesse período, também foram profícuas as trocas e sugestões da colega do doutorado, Alda Britto da Motta, pioneira nos estudos sobre a mulher.

Posso dizer que os 21 encontros da REDOR já realizados permitiram ampliar o espaço de interlocução com pesquisadores/as vinculados/as aos núcleos do Norte e Nordeste do país, estimulando a formação/capacitação científica, por meio da titulação de mestre e doutor/a, para ampliar a produção do conhecimento, com o objetivo de adquirir maior legitimidade e visibilidade dos estudos de gênero no ambiente acadêmico, além de promover o crescimento e aprofundamento das reflexões sobre a nossa





realidade, mediante o desenvolvimento de pesquisas integradas e diferentes metodologias de abordagem feministas. Os núcleos filiados à REDOR vêm se constituindo em espaços privilegiados para a necessária permuta de informações e o aprofundamento de questões teórico-metodológicas, contribuindo, assim, para o avanço da discussão em torno da problemática da mulher e das relações de gênero, bem como para o desenvolvimento dessa nova perspectiva de ver e refletir a respeito da sociedade brasileira.

### **A Institucionalização do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS)**

Não se pode esquecer que o desenvolvimento dos estudos e a conquista de espaços próprios de reflexão, como os grupos de trabalho em associações científicas e os núcleos da mulher nas universidades, são também fruto de uma luta travada dentro da academia pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise (COSTA; SARDEMBERG, 1994).

Nessa trajetória, juntamente com a filiação à REDOR, surgiu timidamente o “Projeto de Estudos Sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero”, em 1992, então vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Suas fundadoras são Maria Helena Santana Cruz, Amy Adelina C. de Farias Alves, Ana Maria Vasconcelos Gonçalves e Beatriz Gois Dantas, inseridas nas áreas de Serviço Social e Antropologia. Posteriormente, para homogeneizar as denominações entre os núcleos filiados, foi sugerido, pela coordenação executiva, em um dos encontros da Redor, a denominação de núcleo. Desse modo, foi adotada a sigla NEPIMG – Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Sobre a Mulher e Relações de Gênero, constituindo-se em um núcleo pioneiro nos estudos feministas na UFS, por promover atividades diversificadas, propondo uma definição institucional de linhas de pesquisa, bem como a formação de grupos de trabalhos temáticos sobre a questão feminina nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo sempre em vista, a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas, predominantes em nossa sociedade, e da consequente especificidade da condição feminina (CRUZ, 2006).

Diante da necessidade de estruturar um local de trabalho, foi solicitado ao reitor e ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), apoio e diligências para o seu funcionamento.<sup>3</sup> Além de estimular a capacitação, o NEPIMG vem cumprindo a função de agregar estudiosos/as, objetivando a desenvolver pesquisas, publicações e ações no direcionamento da equidade de gênero em Sergipe, ensejando a possibilidade de novas propostas de intervenção social na área.

O NEPIMG, como os demais grupos filiados à Redor nas universidades, sem dúvida, constitui um dos polos de concentração de feministas históricas, que investe no ensino, extensão e pesquisa como espaço de realização profissional e pessoal, desempenha um papel fundamental na transmissão das teorias feministas que se constituem na interseção entre movimentos sociais e academia às “novas feministas” de diferentes gerações, uma vez que será sobretudo em dois campos de formação que essas se encontrarão. Atualmente ampliou filiados/as, com equipe de docentes, além de estudantes de doutorado, mestrado e bolsistas de iniciação científica. É importante ressaltar que algumas pesquisadoras do NEPIMG/UFS desenvolvem esforços no sentido de adotar uma mentalidade inovadora no campo teórico e na pesquisa empírica sobre as relações sociais de gênero, nos estudos nos diferentes níveis acadêmicos, visando a ultrapassar o foco da análise da questão da mulher, radicada apenas em uma perspectiva ideológica patriarcal, em valores conservadores a respeito de seu papel na sociedade, desde o mercado de trabalho, a família, até a sexualidade. Desse modo, a pretensão é evitar a acentuação do descompasso entre as transformações sociais e a ótica científica, para que a universidade incorpore amplamente uma nova mentalidade relativa à mulher e às relações sociais de gênero, com o que todos/as temos a ganhar.

Nas duas últimas décadas, a produção brasileira e latino-americana sobre questões de gênero conheceu um notável crescimento, e seu reconhecimento se confirmou como objeto de relevância para os estudos acadêmicos e para o processo de tomada da consciência crítico de gênero na sociedade em geral.

---

<sup>3</sup> Foram obtidos móveis, equipamentos, fax, telefone, material permanente, material de consumo; muitos destes, inclusive, obtidos por meio de captação de recursos de projetos financiados pelos pesquisadores do NEPIMG, o qual atualmente integra a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFS, funcionando no *Campus* universitário (sala 61, didática II, no CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas) e o núcleo de estudo de gênero do DSS. Os seus objetivos dizem respeito à necessidade de implementar a produção teórico- metodológicas dos estudos de Gênero no Estado de Sergipe.



Nesse percurso, o NEPIMG/UFS teve a oportunidade de sediar encontros da REDOR, em 2002 e em 2016, num esforço coletivo que se pretende realimentador de questionamentos e reflexões: o “XI Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)” e o “1º Simpósio Sergipano de Pesquisadores/as sobre a Mulher e Relações de Gênero”, com o Tema: “Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos”, evento que obteve grande repercussão na mídia, no Estado de Sergipe e na região, organizado pelas professoras Maria Helena Santana Cruz e Amy Adelina Coutinho de Farias Alves, também coordenadoras eleitas da REDOR para o biênio 2000-2002, e, naquele momento, eram coordenadoras da REDOR, eleitas em Assembleia Geral ocorrida durante o 9º “Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste”, em Teresina/Piauí, em 2000.

Posteriormente, em junho de 2016, ocorreu na Universidade Federal de Sergipe, o “19º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR” e o “III Simpósio Sergipano de Pesquisadoras/es sobre a Mulher e Relações de Gênero”, promovido pelo NEPIMG com coordenação central dos professores Alfrancio Ferreira Dias e Maria Helena Santana Cruz (Coordenadora da REDOR), tendo como tema central: “A Transversalidade de Gênero na Produção do Conhecimento e nas Políticas Públicas”, realizado no período de 15 a 17 de Junho de 2016. Os referidos eventos obtiveram grande repercussão na mídia, na região e no Estado de Sergipe, contando com expressiva participação de profissionais de diversas áreas, docentes da própria UFS, e de outras universidades, além de acadêmicos/as de cursos diversificados. (CRUZ, 2006).

A equipe organizadora do evento procurou adotar uma metodologia de trabalho que favorecesse o exercício crítico da reflexão coletiva, razão pela qual estabeleceu-se um programa, partindo de aspectos conceituais, para níveis mais operacionais e discussão final do Encontro exatamente das relações de gênero entre áreas do saber. A composição das mesas apresentadoras e debatedoras dos temas, coerentemente com a natureza dos eventos, foi organizada de modo transdisciplinar, integrando-se as mesmas por filósofos/as, historiadores/as, psicólogos/as, assistentes sociais, educadores/as, entre outros, o que foi extremamente valioso para as apresentações e consecução dos objetivos do Evento.

Certamente não se trata de tarefa de fácil execução reproduzir um pouco da

história e a riqueza do momento vivido, a importância do processo de reflexão realizado. Assim, o que pretendo com a presente publicação é garantir o registro, com a máxima fidelidade, dos debates ocorridos, bem como os diferentes momentos que permearam os eventos, reconstituindo, de modo mais fiel possível, a dinâmica que os caracterizou e o produto final obtido. Posso inferir que a realização desses dois encontros, como os demais promovidos em diversas universidades, contribuiu para maior visibilidade da produção do conhecimento por meio da divulgação dos resultados de pesquisas dentro e fora da academia com a socialização de seus produtos em anais dos eventos, livros, capítulos, artigos em periódicos de várias áreas do saber, em consonância com o *boom* de novas epistemologias e novas propostas metodológicas.

Os encontros feministas são arenas de debate, de negociações, de rupturas, de articulações, de decisões, enfim, espaços fundamentais de aglutinação de diferentes paradigmas teóricos e políticos. São espaços que permitem aprofundar e ampliar questões que envolvem políticas públicas, direitos humanos, direitos sociais, espaços de poder e decisão, doenças laborais, violência doméstica, educação, entre outros temas pensados a partir da teoria feminista. São espaços propícios à troca de experiências e ao estabelecimento de parcerias, e que possibilitam perceber com clareza a tensão entre academia, militância e governo, campos muitas vezes de disputas entre diferentes correntes dos feminismos. Os processos e práticas educativos constituem, com as realidades sociais e culturais a que se ligam, um triângulo, em cujo centro, pela dinâmica interativa dos seus lados, desenvolve um indivíduo com uma personalidade própria, prolonga-se o processo de hominização e de humanização (pela atualização e desenvolvimento do patrimônio cultural) e se processa uma integração socializadora (alimenta-se o dinamismo social). (AMADO, 2008).

De estudos sobre a condição feminina, surgem grupos de estudo que, por sua vez, ocupam espaços nas associações universitárias em várias áreas do saber, especialmente nas de Ciências Humanas, surgem núcleos de pesquisa e revistas acadêmicas os quais contam com o apoio inicial de fundações estrangeiras para pesquisa (COSTA, 1992). Particularmente, nestas últimas décadas, observa-se a propagação e inserção das temáticas de gênero em vários GTs de encontros científicos (ANPED<sup>4</sup>, ANPOCS<sup>5</sup>,

---

<sup>4</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa.

<sup>5</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

ABA<sup>6</sup>, ABCH<sup>7</sup>, ANPUH<sup>8</sup>, ABEPSS<sup>9</sup>, ABEn<sup>10</sup>, entre outros), decorrente da participação de pessoas, docentes, pesquisadores/as, alunos/as dos diversos cursos universitários, abordando novos temas, com questionamentos críticos à Ciência, ao capitalismo, às políticas, às práticas sociais, às relações de poder na vida social.

Não podemos perder de vista que o Brasil revelou na academia, nas últimas décadas, um *boom* de autores, publicações e editoras, um processo facilitado pela inserção das tecnologias de informação e comunicação e sua popularização com forte influência nos processos culturais da sociedade. A tecnologia, especialmente os dispositivos móveis e a internet, está influenciando diversos aspectos da vida em sociedade, em outras palavras, práticas sociais de diferentes naturezas (GIDDENS, 2012), o que inclui práticas discursivas e educacionais. A disseminação da tecnologia da informação expandiu as possibilidades de contatos entre as pessoas ao redor do planeta; para Manuel Castells (2011), a sociedade vive em rede e em crescente processo de convergência digital.

Nesse contexto, a questão da diversidade vem a ser abordada em diferentes dimensões, trazendo para o centro do debate a discussão dos/as excluídos/a, dando novo fôlego aos estudos de gênero, à recepção e circulação de seus conteúdos, uma questão essencial para a desconstrução das estruturas de poder opressivas. A diversidade significa distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos como diversidade sexual e de gênero (DSG), ou simplesmente diversidade sexual (termo usado para referir-se, de maneira inclusiva, a toda a diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, sem a necessidade de especificar cada uma das identidades que compreendem essa pluralidade), idade/geração, raça/cor, etnia, deficiência. Ao reconhecer e celebrar as múltiplas formas de expressão e identidade, estamos desafiando a hegemonia do poder normativo.

O debate das questões supra enumeradas deve ser fortalecido, considerando a emergência e ocorrência de uma impressionante movimentação no cenário político brasileiro de bancadas fundamentalistas e/ou conservadoras que, país afora,

---

<sup>6</sup> Applied Behavior Analysis (Análise do Comportamento Aplicado).

<sup>7</sup> Associação Brasileira de Contadores de História.

<sup>8</sup> Associação Brasileira de História.

<sup>9</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

<sup>10</sup> Associação Brasileira de Enfermagem.



promoveram uma verdadeira guerra contra o que chamam de “ideologia de gênero”, expressão essa inexistente nos estudos de gênero e sexualidade. Nos debates, os fundamentalistas afirmam que a “ideologia de gênero” aponta que o gênero – em vez de imposto pela natureza, neste caso o do nascimento, pode ser objeto de “livre escolha”, e “facilmente” modificado pela pessoa. Essa afirmativa deixou claro que a informação que possuíam e repassavam não condizia com os estudos realizados sobre o tema, o que demonstra que essa afirmação, usada para atingir os LGBTQIA+, reforça o preconceito e a falta de informação que a sociedade possui acerca da temática.

Nessa direção, as instituições de ensino superior precisam oferecer respostas imediatas para as questões resultantes do surgimento dos novos padrões de sexualidade, violência no cotidiano doméstico, transformações nos papéis e relações de gênero e seus reflexos na família. Historicamente, os currículos invisibilizam ou não contemplam disciplinas ou componentes curriculares que “centralizem” as discussões sobre as questões de gênero, sexualidade, geração e outras, as quais constituem o cerne das relações sociais, econômicas, políticas e culturais das sociedades contemporâneas nas quais os/as profissionais com graduação superior irão atuar.

Percebe-se, contudo, que a crescente valorização da titulação nos planos de carreira para docentes nas universidades vem ampliando gradualmente o número de pessoas com títulos de doutores e mestres, especialmente nos programas de pós-graduação em Educação, Sociologia e Serviço Social, entre outros. Entre as linhas de pesquisa desses cursos, emerge a questão da diversidade, com foco nos “marcadores sociais” das diferenças (gênero, classe, raça, etnia, idade, geração, orientação sexual, entre muitos outros) conectados aos entendimentos relacionados às desigualdades na perspectiva de construir um olhar interseccional. Os marcadores sociais da diferença são categorias que organizam os indivíduos a partir de alguns aspectos de diferenciação. Os sujeitos são entendidos dentro de um registro de diferenças, a noção de marcadores sociais permite pensar no modo como algumas diferenças sociais passam a ser operadas dentro de um regime de desigualdades, diminuindo as condições de existência para alguns enquanto garante melhorias substanciais de existência para outros.

Os/as novos/as docentes doutores/as, por exemplo, ao introduzirem disciplinas sobre gênero nos currículos de cursos de pós-graduação e graduação, possibilitam a familiaridade com novas epistemologias, novos conceitos, ferramentas fundamentais

para perceber analiticamente as manifestações e os pequenos movimentos que explodem molecularmente, e que podem tomar importantes dimensões, desde que sejam potencializados. Sabe-se, porém, que as disciplinas com conteúdos relacionados à diversidade de gênero, adotando-se diferentes enfoques aderentes as linhas de pesquisa, são introduzidas em cursos de graduação e pós-graduação da UFS, predominantemente na modalidade optativa, de livre escolha do/a aluno/a, para construção de um currículo diferenciado. O propósito é fortalecer as contribuições da pesquisa acadêmica feminista para se pensarem os espaços de poder ocupados pelas mulheres, considerando a universidade como espaço de legitimação de discursos e conhecimentos.

Nessa direção, a formação frequentemente vai se dando, portanto, na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão de modo que saberes produzidos em pesquisas alimentassem a construção de disciplinas que, por sua vez, tinham caráter interventivo e dialógico com as demandas e os saberes da sociedade. Neste sentido, posteriormente, foram obtidos produtos com a defesa de várias teses e dissertações desenvolvidas sobre questões de gênero.

Alguns temas sobre sexualidade, todavia, ainda são pouco explorados e considerados tabus. Mesmo enfrentando dificuldades, esses estudos continuam a avançar, não obstante críticas das estratégias a essa forma de fazer pesquisa, de produzir ciência, cujos resultados parecem conspirar contra a qualidade do conhecimento produzido. Alguns/as autores/as, com base em suas pesquisas e discussões, ressaltam que a universidade está marcada pelo imediatismo, pela aceleração da produção científica diante das pressões e diretrizes capitalistas de produção. Fala-se que os programas de pós-graduação *strictu-sensu* estão marcados pela atenção imediata ao imediato, ao produtivismo, que isola o momento crítico e acentua a diferenciação. (BIANCHETTI; VALLE, 2014).

Essa dinâmica tem produzido efeitos como o sofrimento, o desgaste mental e, em muitos casos, pode levar ao adoecimento, efeitos que não são resultados apenas do produtivismo acadêmico, mas também da polivalência das atividades do/a professor/a. Envolver/a em suas mais distintas atividades, o/a docente da universidade se torna um/a operário/a do saber, um/a reprodutor/a de determinada lógica que o/a antecede e que ele/a ajuda a manter, sem efetivamente questionar em que medida esta permite inseri-lo/a em um processo emancipatório. Desse modo, questões como emancipação,

subjetividade e ser sujeito, de modo geral, por vezes, pouco interessam, ao/à docente contemporâneo/a.

Sabemos que o desenvolvimento profissional envolve todas as experiências espontâneas de aprendizagem e as atividades conscientes planejadas, realizadas para benefício, direto ou indireto, do indivíduo, de um grupo e que contribuem, através destes, para a qualidade da educação. É o processo através do qual professores, enquanto agentes de mudança, reveem, renovam e ampliam, individual e coletivamente, o seu compromisso com os propósitos morais do ensino, adquirem e desenvolvem, de forma crítica, juntamente com as crianças, jovens e colegas, o conhecimento, as destrezas e a inteligência emocional, essenciais para uma reflexão, planificação e práticas profissionais eficazes, em cada uma das fases das suas vidas profissionais.

Apesar de ter sido tradicionalmente deixada nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, em verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos/as, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação involuntária, em geral, além de originar um discurso sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao permitir-nos falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas: étnicas, raciais, geracionais, regionais ou as que se instalam sobre os impérios e as nações periféricas. É preciso que se desenvolva uma atitude de pesquisador/a, o que vai exigir a aquisição de habilidades, tais como, formular questões acerca da realidade que o/a cerca, buscar dados e referências para elucidar as questões que o/a intrigam, saber tratar os dados e referências localizados e ser capaz de expressar seus achados. Isso vai implicar o aprendizado da problematização, da argumentação, da revisão bibliográfica, da produção e análise de dados, assim como a sistematização e relato dos achados.

## **Grupos de Pesquisa - Espaços de Formação de Pesquisadores/as**

Os grupos e núcleos de pesquisa têm um papel formador de mudança cultural uma vez que a sociedade, em muitos casos, ainda se encontra influenciada pelo machismo e patriarcalismo. O contributo desses núcleos e grupos, suas diversas ações e projetos no desenvolvimento das funções acadêmicas do ensino, pesquisa e extensão tem impacto tanto formal quanto informal. A institucionalização de um campo científico requer a delimitação de um objeto específico, distinto do abordado por outros campos;

a constituição de um discurso comum, que possibilite o debate de ideias e a construção de uma identidade entre as/os integrantes do campo; e um suporte material, como revistas, instituições e controle de recursos estratégicos (FARAH, 2016).

Para atender ao fortalecimento das políticas de ciências e tecnologia, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFS, em 1992, estimulou a formação de grupos de pesquisa cadastrados no diretório dos Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculados aos cursos de pós-graduação da UFS. Na oportunidade foi criado o Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero, vinculado ao Programa de Pós graduação em Educação”, integrando professores, alunos de cursos de pós-graduação, graduação, bolsistas de iniciação científica, visando ao fortalecimentos de linhas de pesquisa, inclusive dos cursos de pós- graduação, na perspectiva de atender a proposta de interdisciplinaridade. Um dos motivos pelo qual foi possível o crescimento dos grupos de pesquisa foi o aumento de pesquisadores/as doutores/as no Brasil, também inseridos/as em programas de pós-graduação nas universidades. Há um consenso, entre aqueles que atuam na pós-graduação, de que os grupos de pesquisa são espaços privilegiados de formação individual e coletiva dos seus membros. Também há uma anuência, entre aqueles que atuam na pós-graduação, de que os grupos de pesquisa são espaços privilegiados de espaços formativos para a consolidação do trabalho de orientação na Pós-graduação *stricto sensu*. O exercício da orientação – caracterizado, inicialmente, como uma prática desenvolvida no âmbito privado, na relação orientador-orientando, com base em intuições e nas vivências do orientador ao orientado – está em processo de mudança.

É importante ressaltar que o processo de globalização e as transformações políticas e econômicas das últimas décadas - que trouxeram mudanças no campo econômico e social - também influenciaram de maneira especial a educação e, particularmente, o ensino superior, enfatizando-se a sua internacionalização, entendida como um processo que extrapola as ações de mobilidade acadêmica e inclui discussões voltadas para a integração da dimensão internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão chegando até mesmo a ser entendida, por muitos pesquisadores, como a quarta missão das universidades. A participação de discentes nos grupos é uma atividade

voluntária, os participantes colocam, a serviço do grupo, suas competências individuais específicas que dominam. Todo esse movimento acontecia não em uma ordem linear, mas como condição sem a qual não habitaríamos sequer a universidade. As universidades, como espaço de conhecimento, tiveram e continuam a ter um papel relevante nas transformações tecnológicas que propiciaram uma melhoria nas comunicações e na velocidade com que as informações circulam pelo mundo globalizado, aproximando os povos e gerando um acelerado processo de internacionalização.

Jane Knight (2005), uma das principais estudiosas da área, adota o conceito de internacionalização do ensino superior como um processo que ocorre em nível nacional, setorial e institucional, no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária. Nessa direção, destaco que em minha trajetória no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, venho compartilhando experiências de internacionalização, particularmente com colegas de universidades portuguesas que têm atividades de ensino superior, com a mobilidade de estudantes (com bolsas de doutorado sanduiche); publicações, bancas examinadoras de qualificação e de defesa de mestrado e doutorado, entre outras trocas de experiências culturais. Por conseguinte, esse processo tem possibilitado a disseminação de novos paradigmas e conceitos que, supostamente, dariam maior eficácia às pesquisas e políticas educacionais.

A formação acadêmica, ampliada com a titulação dos membros do grupo e dos programas de pós-graduação, vem possibilitado, eventualmente, a captação de recursos por meio de projetos financiados por agências de fomento. Nesse aspecto, foram contemplados alguns projetos de pesquisa, com bolsas de iniciação científica, financiados pelo CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica (Fapitec/SE) e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM).

## **Participação Política: Conselhos, Conferências e Comitês**

Há décadas, o feminismo impulsiona uma agenda de igualdade de gênero nas políticas de desenvolvimento. Os feminismos decolonial e interseccional, por exemplo,



têm invocado uma agenda antirracista e anticolonial. A incorporação da questão de gênero pela agenda governamental brasileira ocorreu, em larga medida, em resposta à atuação dos movimentos feministas e de mulheres e sob influência de organismos internacionais. As políticas públicas com recorte de gênero surgiram no Brasil nos anos 1980, no contexto de redemocratização e (re)surgimento dos movimentos sociais. Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e, em 1985, a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ambos no estado de São Paulo (FARAH, 2004). Em nível federal, também em 1983 foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e, em 1985, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (FARAH, 2004). A Constituição Federal de 1988, por sua vez, previu a igualdade e a não discriminação entre mulheres e homens, incluindo um conjunto de proteções específicas, como direitos trabalhistas e previdenciários (BRASIL, 1988). A questão em torno das mulheres apoia-se em evidências que apontam para o fato de que as mulheres são, portanto, as primeiras e principais afetadas pela mundialização, do que outros movimentos de mulheres e feministas participantes, e, portanto, de maneira prioritária, é necessário se pensar em alternativas.

Esse processo não foi, contudo, linear, resultando na crescente reivindicação pela criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres, nos níveis nacional e subnacional. Somaram-se a isso pressões internacionais, decorrentes de tratados e conferências, a exemplo da “IV Conferência Internacional sobre a Mulher de Beijing”, de 1995. Procurando responder a essas demandas, em 2003 foi instituída a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Governo Federal (BANDEIRA, 2005). As demandas das mulheres têm encontrado diferentes graus de incorporação em planos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Minha trajetória na Academia e na militância foram sempre duas esferas, ainda que conflituosas, de negociação e zona de contato no trajeto que fui tecendo. Nesse percurso, ressalto minha participação representando o NEPIMG/UFS em atividades nos Conselhos Estadual e Conselho Municipal da Mulher, nas conferências estaduais e municipais de mulheres, nos encontros nacionais e regionais de grupos de pesquisa em Brasília, que renovaram a exigência de se fazerem reflexões sobre diferentes temáticas, relacionando-as com a questão de gênero.

Nessa atuação, destaco o “2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas — Pensando Gênero e Ciências” (2009, 2010) em Brasília, coordenado pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) – Nilcéa Freire. Na segunda edição, o tema geral do Encontro foi a institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país, materializando os objetivos gerais do “II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM)” de promover o fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e na produção do conhecimento na área de gênero, e ampliar o debate sobre as dimensões ideológicas do sexismo, racismo e lesbofobia em todas as áreas do conhecimento. Nesse contexto, várias pesquisadoras apresentavam interesses comuns, reunindo-se em grupos de estudos e pesquisas para aprofundar diferentes aspectos da condição feminina no Estado.

Nessa trajetória, oportunamente, também participei – por indicação de Ana Alice Costa -como membro *ad hoc* (assessoria, monitoramento de políticas) do Programa Pró-Equidade de Gênero em ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, 2013) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) fazem parte do Comitê Permanente do Programa Pró-Equidade de Gênero. O Programa tem como objetivo a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no âmbito das organizações públicas e privadas baseadas no desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Tem a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nessa condição, tive oportunidade de colaborar prestando assessoria técnica ao Programa desde sua criação, em 2005, participando ativamente de todas as suas edições e acompanhando seus impactos e resultados alcançados com o aperfeiçoamento e a aprendizagem institucional em matéria de gênero, raça, etnia e orientação sexual, mediante um processo de construção coletiva, permitindo compreender como as organizações têm realizado a implementação da equidade de gênero e étnico-racial; avaliar o alcance dessa implementação no desenvolvimento e na oferta de produtos e

serviços à sociedade; e compartilhar informações sobre mecanismos, práticas e atitudes que signifiquem ou apontem para uma contribuição positiva ao combate à discriminação e à desigualdade de gênero, raça e etnia nas organizações. Em Sergipe, Aracaju, especialmente, em 2002 no início da administração do Prefeito Marcelo Déda, a Secretaria de Assistência e Cidadania convidou diferentes agentes representativos de instituições da sociedade, como o NEPIMG/UFS, ONGs, para reativar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Aracaju, desativado fazia oito anos. Inicialmente, desenvolvendo ações que culminaram com a sistematização do Estatuto-Regimento do Conselho Municipal, sendo que esse mesmo movimento ocorreu com a criação do Conselho Estadual em Sergipe. Assim, disponibilizaram-se estrutura de funcionamento e diferentes serviços às demandas apresentadas pelas mulheres, resultantes de eventos promovidos por movimentos sociais em intercâmbio com instituições da sociedade.

Nessa perspectiva, o tema da transversalidade de gênero constitui uma questão oportuna e crucial, que necessita avançar entre nós, tanto no campo das políticas quanto no campo da produção do conhecimento, reconhecendo que a perspectiva analítica gênero atravessa todos os campos de prática e de conhecimento, representando um caminho profícuo para a promoção da equidade de gênero, o respeito às diversidades e à efetivação dos direitos e à cidadania, de grupos historicamente/socialmente excluídos com relação a classe/ sexo, raça/idade/geração, orientação sexual (LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros).

## **Para Concluir**

Esse percurso é permeado de desafios que surgem em nível individual, conforme as trajetórias de pesquisadoras feministas, chegando ao nível institucional. Em todos esses níveis, os desafios abarcam a constante necessidade de rebater argumentos reativos que deslegitimam a validade científica de tais estudos, com base em argumentos androcêntricos e patriarcais. É com satisfação e reconhecimento, portanto, que constatamos que o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da UFBA contribui diretamente para a implementação da trajetória e agenda do caminho percorrido no processo de institucionalização da práxis feminista na academia.

A criação dos núcleos na academia abriu espaços para os estudos sobre mulheres e gênero representando um espaço político-analítico, de luta pela reivindicação de

grupos sociais que permanecem nas margens. A introdução de novas perspectivas analíticas, como de outros modos de pensar, certamente rompem com as categorias dominantes na teoria social, exprimindo novos paradigmas à produção do conhecimento, além da construção de novos campos de saber/poder. Em outras palavras, sua contribuição diz respeito à abertura para as alteridades, ou seja, enfatiza-se a negação de qualquer perspectiva essencialista e binária, contemplando o espaço das experiências femininas plurais constitutivas da experiência social da modernidade e o surgimento de novas temáticas e categorias derivadas de tais experiências.

As narrativas aqui registradas foram enraizadas pelo DNA do NEIM, por meio da interlocução com suas pesquisadoras criativas, que fecundaram e continuam a fecundar a construção de um novo olhar para as relações sociais de gênero entre as áreas do saber, contribuindo com novos modos de entender e praticar a política, caminhando em paralelo à definição da própria subjetividade como feministas e mulheres.

Agradeço a outras tantas feministas que me permitiram estruturar o percurso desenvolvido. Assim, reitero a importância da continuidade e o fortalecimento do NEIM.

## REFERÊNCIAS

AMADO, João. (Coord.) **Manual de investigação qualitativa em educação**. 22. ed. Portugal: Universidade de Coimbra, 2014.

BANDEIRA, Lourdes M.; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. **Editorial sociedade e estado, Brasília**, DF, v. 18, n. 1/2, p. 263–284, jan./dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/4999>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BANDEIRA, Lourdes M. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

BIANCHETTI, Glucídio e VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, **Educ.**, Rio de Janeiro, RJ, v.22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/ensaio/PDF>. Acesso em 26 jun. 23

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres 2013- 2015**.



Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

COSTA, Albertina. Apresentação. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Ana A. Alcântara; SARDENBERG, Cecília M. Barcellar. Teoria e práxis feministas na academia. Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/ CIEC, n. Especial, 2º. Sem, p. 387-400, 1994.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/article/download>. Acesso em: 15 maio 2023.

CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe: um pouco de uma história recente. **Cadernos feministas de economia & política**. Recife. Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, semestral, p. 141-164, 2006.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis (SC), abr. v. 1, p. 1-20, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>. Acesso: 15 jun. 2023.

FARAH, Marta F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, FGV, Rio de Janeiro (RJ), v. 50, n. 6, p. 959–979, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/64710>. Acesso: 06 maio

2023. GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HIRATA, Helena, *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KNIGHT, Jane. Un modelo de internacionalización: respuesta a nuevas realidades y retos. Educación superior en América Latina: La dimensión internacional. In: WITH,





Hans de; JARAMILLO, Isabel Cristina, GACEL-AVILA, Jocelyne. **Educación Superior en América Latina: la dimensión internavional**. Bogotá: Banco Mundial/Mayo, p. 1-38, 2005. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/978-9-5897-6478-7#page=28>. Acesso: 22 maio 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEYEROWITZ, Joane. A history of “Gender”. **The American Historical Review**, v. 113, n. 5. Oxford University Press / American Historical Association. 2008. pp. 1346-1356. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30223445>. Acesso: 21 maio 2023.

PRÁ, Jussara R. O feminismo como teoria e como prática. *In*: STREY, Marlene. (Org.), **Mulher: Estudos de gênero**, São Leopoldo: UNISINOS. pp. 39- 57, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. cap. 2. p. 14-43.

RAGO, Margareth. **A AVENTURA DE CONTAR feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos**. Salvador: Editora NEIM/UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, p. 89-120, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Tradução (para o português) de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Recife: SOS Corpo**, p.9-39, 1991.

Disponível em: [https://periodicos.ufpe.br > article > download.PDF](https://periodicos.ufpe.br/article/download/PDF). Acesso: 06 jun. 2023.

SORJ, Bila. Novo paradigma feminista ou sociologia das teorias feministas? Texto apresentado na mesa-redonda. As análises de gênero constituíram paradigmas metodológicos?”, ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, XXI. **Anais [...]**. Realizado entre 20 e 25 de outubro de 1997, na cidade de Caxambu, 1997. Caxambu – MG, 1997.

SORJ, Bila. A revista estudos feministas e as políticas públicas: qual relação? **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 129-130, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br > ref > Acesso: 10 jun. 2023](https://www.scielo.br/ref).

YOUNG, Iris Marion. Inclusive political communication. *In*: YOUNG, Iris M.



**Inclusion and Democracy.** New York: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <http://soutranhomemedai.webnode.com/transidentidades/>. Acesso 15 maio 2023.